

Isabel Pereira

Assunto: FW: Resposta Requerimento AMV - CDU
Anexos: Requerimento CDU_Com. Defesa Floresta.pdf

De: Assembleia Municipal
Enviada: 22 de dezembro de 2017 11:43
Para: Líderes Municipais
Cc: Mesa da Assembleia
Assunto: Resposta Requerimento AMV - CDU

Exmo./a Senhor/a
Líder Municipal

Encarrega-me o Exmo. Senhor Presidente, Dr. Abílio Vilas Boas, de remeter a V. Exa. a resposta da Câmara relativamente ao solicitado pelo Grupo Municipal da CDU.

Com os melhores cumprimentos,

Isabel Pereira

DAJAC - Apoio aos Órgãos Autárquicos

Câmara Municipal de Valongo

Av. 5 de Outubro, 160 | 4440-503 Valongo

ext: 2012

telf: 224227900

www.cm-valongo.pt

facebook.com/municipio.valongo



[Por favor](#), tenha em consideração o ambiente antes de imprimir este e-mail

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Valongo
Dr. Abílio Vilas Boas

Em resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, em anexo, na última Assembleia Municipal e ao pedido de esclarecimento formulado em 28.06.2017, incumbe-me o Senhor Presidente, Dr. José Manuel Ribeiro, de levar ao conhecimento de V. Exa. a informação técnica dos serviços cujo teor se transcreve:

“O requerimento enviado pela CDU, a 23 de novembro coloca as seguintes questões relativamente à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, adiante designada por comissão:

1. **Quais as atividades desenvolvidas por esta comissão no mandato anterior?**
2. **Qual a periodicidade das reuniões da comissão?**
3. **Qual a composição nominal desta comissão?**

4. **Qual a posição desta comissão relativamente aos acontecimentos recentes no concelho no que diz respeito aos incêndios?**
5. **Dada a ineficácia na prevenção e combate aos incêndios no concelho, quais as medidas previstas para o futuro?**
6. **Porque não foi atualizado o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios que deveria ter sido revisto em 2013?**

Para melhor leitura dos requerentes e ao mesmo tempo desenvolver um encadeamento adequado da informação a prestar, reorganizou-se a ordem das perguntas/respostas, bem como se começa com uma pequena introdução, relativamente às competências da comissão.

Aliás, uma parte da informação solicitada já havia sido fornecida em requerimento anterior, pelo que a repetição de alguns itens será inevitável. Mas será de todo pertinente recordar para melhor enquadramento do tema.

➤ **QUESTÃO 3 (e parte da 1) - Qual a composição nominal desta comissão?**

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (vide Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto de 2017) é a estrutura local de âmbito municipal de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta. Funciona sob a coordenação do Presidente da Câmara Municipal e tem a seguinte **composição**:

- ✓ Até 5 representantes das freguesias do concelho, atualmente.
Até a última (Lei n.º 76/2017) atualização do DL124/2006 era apenas o Presidente de Junta de Freguesia designado pela respetiva Assembleia Municipal;
- ✓ Um representante do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
- ✓ O coordenador municipal de proteção civil;
- ✓ Representantes dos Corpos de Bombeiros do Concelho;
- ✓ Representantes da Guarda Nacional Republicana (Alfena e Campo);
- ✓ Representantes da Polícia de Segurança Pública (Valongo e Ermesinde);
- ✓ Representantes das organizações de produtores florestais (Portucalea-Associação Florestal e Navigator Company – no nosso caso);
- ✓ Um representante da IP, S. A., um representante do IMT, I. P., e dois representantes dos concessionários da distribuição e transporte de energia elétrica, sempre que se justifique;
- ✓ Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão;

Atribuições:

- ✓ Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de incêndios florestais, no âmbito da sua área geográfica;

No fundo é o trabalho que depois vem sintetizado no Plano Operacional Municipal (descrição mais abaixo).

- ✓ Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI);
Resposta mais abaixo.
- ✓ c) Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis;
Foram feitos no passado – Faixas de Gestão de Combustível e Pontos de Água. Atualmente não existem linhas de financiamento.
- ✓ d) Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela câmara municipal;
Esta alínea decorre da última alteração ao DL124/2006;
- ✓ e) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
Em colaboração com outros serviços – DMOT e DOTA – tem-se procurado realizar o controlo da Vespa Asiática e de proliferação de espécies invasoras, respetivamente
- ✓ f) Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I. P.;
Permanentemente é realizada a sensibilização no âmbito das queimas de sobrantes; Em 2015 e 2016 foi feita sensibilização para a necessidade de limpeza das faixas de gestão de combustível, porta a porta, nas zonas mais críticas;
- ✓ g) Promover ao nível das unidades locais de proteção civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
Tem pouco enquadramento no âmbito do nosso território.
- ✓ h) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
Todas as ações estruturais no âmbito da defesa da floresta são realizadas em articulação/colaboração com os Corpos de Bombeiros do Concelho.
- ✓ Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
Não se aplica, na medida em que, apesar de no passado termos insistido (em vão), Valongo não nunca foi considerado Zona Crítica, pelo que não pode ser abrangido por este artigo.
- ✓ Colaborar na divulgação de avisos às populações;
Fazemos com regularidade, sempre que se justifica.
- ✓ Avaliar os planos de fogo controlado (PFC) que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
Por iniciativa dos serviços elaboramos um PFC que uma vez submetido à comissão foi aprovado e tem vindo a ser executado.

- ✓ Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta;

Temos feito, sempre que solicitados.

- ✓ Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível;

Esta alínea decorre da última alteração ao DL124/2006, pelo que deverá ser alvo de estudo e debate em sede de comissão;

Para que não passe despercebido, todas as atribuições acima descritas são elaboradas/dinamizadas pelos Serviços Municipais de Proteção Civil no âmbito do seu Gabinete Técnico Florestal.

➤ **QUESTÃO 1 (restante) - Quais as atividades desenvolvidas por esta comissão no mandato anterior?**

Ainda relativamente às **atividades desenvolvidas pela comissão (questão 1)** segue enumeração dos principais pontos discutidos em sede de comissão desde 2013:

I. Plano Operacional Municipal

- ✓ Elaborado pelo Técnico do Gabinete Florestal, integra o PMDFCI e é anualmente apresentado, discutido e aprovado para efeitos de entrada em vigor com as alterações que se impõem;

II. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

- ✓ Todas as reuniões são fornecidas informações quanto ao ponto de situação da revisão;
- ✓ Numa delas foi feita a apresentação do CADERNO I (diagnostico) do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e votação para envio ao ICNF, mas o representante do ICNF entendeu que apenas haveria necessidade de fazê-lo quando o documento estivesse completo.

III. Balanço anual de incêndios e histórico

- ✓ Apresentação e análise anual dos incêndios mais significativos e comparação com anos anteriores, identificação dos principais “pontos quentes” de ocorrências, etc.

IV. Plano de Fogo Controlado

- ✓ Ponto de situação das ações de fogo controlado até realizadas.
- ✓ O representante do ICNF congratulou-se com o trabalho que tem vindo a ser realizado, incentivando a prosseguir as operações de queima para que gradualmente e progressivamente se vá criando mosaicos que poderão dar mais garantias de defesa passiva face aos incêndios florestais, bem como, a segurança aos combatentes.
- ✓ Neste capítulo é importante referir que as ações são realizadas em terrenos particulares, pelo que exige muito esforço dos serviços para sensibilização dos proprietários e nem sempre é possível levar a cabo o idealizado.
- ✓ Estas ações têm o objetivo:
 - Compensar os efeitos nocivos da falta de gestão do combustível e de abandono da floresta pelos seus detentores (particulares), na medida em que - salvo a exploração associada à indústria de celulose e as ações da Câmara – são praticamente inexistentes outros intervenientes;
 - Diminuição da área ardida, designadamente a que resulta dos grandes incêndios florestais;

- Mais garantias de sucesso às equipas de combate - utilização como zonas de segurança,
- Mais económica gestão de combustíveis;

V. **Intervenções previstas e realizadas**

- ✓ Gestão de Combustível - mais de 20ha anuais;
- ✓ Beneficiação de Caminhos (articulada em colaboração com CBs e Navigator Cª – 12km anuais);
- ✓ Prevenção estrutural – Planeamento e execução do Plano de Fogo Controlado (+ 100 hectares no total);
- ✓ Beneficiação de Pontos Água;
- ✓ Faixas de Gestão de Combustível - monitorização da sua execução (+ de 100 ha, anualmente)

VI. **Sapadores Florestais**

- ✓ Apresentação anual de relatórios e planos de atividades da equipa;
- ✓ Dificuldade em cumprir o plano em consequência do elevado número de dias em que a equipa se vê obrigada a fazer vigilância armada, em virtude dos alertas emitidos pela ANPC, ou dias em que o índice de risco de incêndios é superior a elevado.

VII. **Outros assuntos de interesse geral debatidos da comissão**

- ✓ Manifestada preocupação relativamente a lixo, pneus e outras descargas ilegais que é acumulado nos caminhos e floresta em geral. Problema que persiste apesar dos esforços desenvolvidos pelos demais;
- ✓ Presidente – Solicitou ao ICNF informação para saber a quantidade e qualidade (área e espécies) de investimentos realizados em Valongo e Concelhos vizinhos.
- ✓ **Apoio à vigilância florestal prestado pela CMV em 2017**, através dos recursos humanos provenientes dos programas CEI habitualmente estabelecidos com o Centro de Emprego, em virtude das dificuldades manifestadas pelo representante da Navigator Company em assegurar a 24horas diárias de vigilância no posto de vigia que detêm em Valongo;

VIII. **Histórico dos IFs no Parque das Serras do Porto (PSP)**

- ✓ Trabalho realizado com o objetivo de contextualizar a problemática dos Incêndios florestais, reunindo num só documento dados dos 3(4) GTFs dos Concelhos, direta ou indiretamente envolvidos, para dar uma ideia mais abrangente da problemática dos Incêndios florestais na área do PSP e zonas envolventes. Paralelamente, alertar para a necessidade de uma resposta mais sustentada para o problema dos GIF no PSP que, invariavelmente (no que há floresta diz respeito), passa por uma abordagem que inclua toda a mancha florestal (2ª maior do Distrito do Porto). Na avaliação realizada verificou-se, entre outros aspetos:
 - A alteração do coberto arbóreo ocorrida entre 1975 e 2016, em que passou a predominar o eucaliptal, não provocou uma alteração do regime de fogo;
 - Nesse período a mancha florestal acumulou uma área ardida de quase 50 000 ha;
 - No período 2009/16 - 76% das ignições ocorreram fora do PSP;
 - No período 1975/2016 - 64% das ignições cujo incêndio atingiu o PSP vieram de fora;
- ✓ E concluiu-se:
 - Impossibilidade de abordar questão dos incêndios no PSP dissociada da globalidade da grande mancha florestal que encerra os 4 Concelhos;

- Elevado número de ignições da área em estudo;
- Histórico - ardeu o equivalente a 3x a área de toda mancha florestal no período de 40 anos;
- O (des)ordenamento atual é incompatível com uma estratégia de DFCI eficaz;

➤ **QUESTÃO 2 - Qual a periodicidade das reuniões da comissão?**

É variável. Entre uma ou duas reuniões por ano, dependendo do volume de assuntos a tratar, atividade e duração da época de incêndios, etc.

Normalmente no final do ano faz-se um balanço da época de incêndios transata e na primavera seguinte é apresentado o planeamento e preparação da época que se segue, com a aprovação do Plano Operacional Municipal.

➤ **QUESTÃO 6 - Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios – porque não foi atualizado, quando deveria ter sido revisto em 2013?**

Antes de responder diretamente à questão, também aqui será útil fazer um pequeno enquadramento do que é o PMDFCI, cujo conteúdo é constituído por 3 partes:

Caderno I – Diagnóstico (informação base)

Caderno II – Plano de Ação

Caderno III – Plano Operacional Municipal – ultima atualização 2017

É com base no diagnóstico realizado no **Caderno I** que se define a estratégia a desenvolver no Plano de Ação (**Caderno II**), obedecendo sempre a parâmetros determinados pelo respetivo Guia Técnico.

A operacionalização do PMDFCI é concretizada no **Plano Operacional Municipal (Caderno III)**, no que concerne às ações de supressão (1.ª intervenção, combate, rescaldamento e vigilância pós-incêndio) e pré-supressão (vigilância, deteção, fiscalização), nomeadamente no que respeita à organização do dispositivo, disponibilidade e mobilização preventiva de meios, e responsabilidades das entidades envolvidas. Este documento é de atualização anual.

Respondendo diretamente à questão colocada, podemos informar que:

1. A última versão do PMDFCI foi atualizada em 2008 para uma vigência de 2009 a 2013. *Entende-se que findo este prazo, à semelhança do PDM, também este documento se mantém em vigor até aprovação de nova versão.*
2. **Caderno I** foi concluído no início de 2015.
3. **Caderno III**, desde 2005 que todos os anos é revisto, atualizado e aprovado em sede de comissão.
4. O impasse até agora verificado relativamente à atualização do PMDFCI deve-se única e exclusivamente a questões relacionadas com a elaboração da cartografia de risco, peça fulcral no âmbito do **Caderno II e que tem de ser compatibilizada com os instrumentos de ordenamento de território** e, nestes termos articulada com o urbanismo:
 - ✓ Primeiro para fornecimento da carta de ocupação de solo (COS) validada.
 - ✓ A partir de Novembro de 2016, no seguimento de reuniões havidas com o Urbanismo, houve impasse na articulação com a carta de ordenamento, nomeadamente conflitos com compromissos assumidos.

- ✓ Recentemente, em virtude da alteração legislativa (Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto de 2017) esse problema já poderá – e está em vias de – ser ultrapassado.

➤ **QUESTÃO 4 - Qual a posição desta comissão relativamente aos acontecimentos recentes no concelho no que diz respeito aos incêndios?**

A comissão fará a devida análise na próxima reunião. Não obstante, alguns dados podem ser adiantados.

Em média (últimos 10 anos), ardem anualmente pouco mais de 230 hectares no nosso concelho.

Relativamente ao número de ocorrências, a média anual anda pelas 154. 163 este ano.

Até ao dia 7 de Outubro - mês a partir do qual, habitualmente, o número de ocorrências passa a ser praticamente nulo - tínhamos 134 ocorrências e 79 hectares de área ardida.

A partir dessa data, face ao acumular de condições meteorológicas adversas favoráveis à propagação dos incêndios e que se arrastaram negativamente para o mês de outubro - climática e historicamente irrelevante em termos de incêndios florestais - duas ocorrências apenas fizeram a diferença – Incêndio de Monte Alto (Valongo) e de S. Bartolomeu (Alfena).

Se no incêndio de “Monte Alto” (Sanatório) apenas arderam 16 hectares em Valongo (de 157 no total), muito se deveu à prevenção promovida pelos serviços municipais e do seu Gabinete Técnico Florestal que, em boa altura, no início deste mandato, promoveram ações preventivas naquela zona, recorrendo à técnica do fogo controlado para gerir o combustível.

Já no que concerne ao outro incêndio, que teve lugar em Alfena, no dia 15 de Outubro, pouco haverá a dizer atendendo às condições adversas que se verificaram então, com todo o país em seca severa a que se juntou um fenómeno meteorológico raríssimo (passagem do furacão Ophelia próximo de Portugal) cujas consequências todos conhecemos.

➤ **QUESTÃO 5 - Dada a ineficácia na prevenção e combate aos incêndios no concelho, quais as medidas previstas para o futuro?**

Parte da resposta a esta questão já foi dada na pergunta anterior. Temos resultados que apontam para a eficácia do nosso dispositivo de prevenção, pelo que as medidas definidas, focadas na gestão de combustíveis, à escala da paisagem, em locais estratégicos, nos parecem adequadas e as únicas capazes de mitigar este fenómeno, que tem tendência para se agravar devido às alterações climáticas.

Não obstante, é importante esclarecer que o caminho seguido tem dificuldades intrincadas, na medida em que as intervenções se preconizam maioritariamente em território particular que não tem qualquer gestão(!), se excluirmos a Navigator Company e outros, poucos, ligados à indústria da celulose. É muito difícil fazer prevenção em território particular e sem gestão.

Mesmo assim e em jeito de conclusão, uma vez mais deixamos informação adicional relativamente ao nosso Dispositivo de prevenção estrutural:

Dispositivo de prevenção estrutural e proteção da floresta de Valongo

O dispositivo de prevenção estrutural do SMPCPF que assenta a sua estratégia em 4 pilares essenciais: Prevenção Estrutural, Vigilância e Detecção, Apoio ao Combate e Pós-supressão.

Alguns trabalhos de prevenção estrutural:

- Gestão de combustível - realizada pelos Sapadores Florestais;
- Fogo controlado (FC) – temos casos em que as faixas de FC facilitaram a contenção de incêndios;
- Beneficiação da rede viária florestal – especial destaque para a intervenção nos 5 caminhos (Sobrado) em que, para a conveniente reparação da via, houve necessidade de subir a cota do caminho com material proveniente de aterros de obras próximas. Este caminho é essencial por fazer ligação entre a “estrada dos alemães” e a Quinta da Lousa.
- Criação e manutenção de pontos de água – historial dos pontos existentes sua criação e manutenção;
- Vigilância e detecção – meios de vigilância fixa e móvel anualmente ao serviço da DFCI nos meses mais críticos;

Exemplo de atuação no “incêndio do Passal” (2016), que afetou 600 hectares do Parque das Serras do Porto. 800 Hectares no total.

Este incêndio, de elevada intensidade, consumiu quase todo o potencial de área que havia para arder no limite sul (415 hectares) e só ao fim de 6 dias foi dado como extinto, com pelo menos 3 a 4 dias de intenso trabalho de rescaldo, devido a constantes reacendimentos/reativações.

Foi durante estes dias, com meteorologia muito adversa e favorável ao desenvolvimento e progressão de incêndios, que os trabalhos desenvolvidos pelos Serviços Municipais de Proteção Civil de Valongo se revelaram preponderantes.

Na sua área de intervenção, detetando e eliminando dezenas de pontos quentes do perímetro do incêndio com recurso a câmara térmica, nuns locais e noutros recorrendo à utilização da máquina de rasto, sempre com vigilância assegurada.

Esta atuação foi essencial para mitigar o problema que tinha em mãos e evitar novas reativações que certamente acrescentariam mais 350 hectares aos 84 hectares ardidos em Valongo.

Por fim e uma vez respondido ao solicitado, nunca será de mais fazer um pequeno enquadramento da realidade deste Concelho e trabalhos desenvolvidos para a defesa do seu património florestal.

O Município de Valongo, prolonga-se por uma área de 7.500 hectares, dos quais aproximadamente 4.000 são floresta, que envolve os aglomerados populacionais urbanos (Ermesinde e Valongo) e outros, de cariz mais rural (Campo e Sobrado e Alfena).

Esta configuração acarreta problemas ao nível do interface urbano-florestal, nomeadamente em anos mais críticos e/ou quando ocorrem grandes incêndios, nesta floresta detida quase na totalidade por particulares – apenas 20ha dos 4.000ha são da Câmara.

Dos 4.000 hectares 1.000 estão **Classificados - Rede Natura 2000** (Sitio Valongo) - e são **Área de Paisagem Protegida de âmbito regional**, inserido no **Parque das Serras do Porto**.

Desde 2004 – ano da criação do Gabinete Técnico Florestal – que o Município tem vindo a desempenhar as diversas tarefas que lhe são cometidas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Não só a elaboração do **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** (PMDFCI) - atualmente em revisão - com execução da generalidade das medidas nele previstas e o **Plano Operacional Municipal** (elaborado e aprovado anualmente em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta - CMDF), mas também **Plano de Fogo Controlado, cujas parcelas executadas preventivamente em locais estratégicos têm sido uma mais-valia nalguns dos principais incêndios ocorridos no Concelho.**

Pese embora as áreas de domínio público se cingirem a 20 hectares isso não significa a inexistência de uma estrutura municipal com responsabilidades e preocupações em matéria de prevenção de incêndios florestais. Não só pelo valor ambiental, económico e de lazer, mas também pelos avanços que vêm acontecendo no processo de classificação das Serras. Os Serviços Municipais de Proteção Civil e Proteção da Floresta (SMPCPF), encerram neste domínio as competências de âmbito florestal – defesa e proteção - através do respetivo Gabinete e seu Técnico (credenciado em análise de incêndios e fogo de supressão), não só é realizado o planeamento anteriormente descrito, mas também a promovendo medidas e ações para além do previsto no PMDFCI, tais como:

Rede Viária Florestal – Todos os anos é realizada a atualização do estado da rede viária florestal em colaboração com os corpos de bombeiros - identificação de pontos críticos e a necessitar de intervenção. Posteriormente, realiza-se a sua beneficiação, com execução de desvios de água, etc. Em média e ao longo dos últimos anos, são beneficiados anualmente 10 km de caminhos florestais e executados aproximadamente 20 Hectares de gestão combustíveis de faixas laterais da rede viária;

Sapadores Florestais – Ao abrigo de um protocolo realizado com a Associação Florestal do Grande Porto (Portucalea), desde de 2003 que a equipa da Sapadores Florestais executa trabalhos de silvicultura preventiva, vigilância, apoio ao combate e rescaldo nos espaços florestais do Concelho.

Meios próprios de apoio ao combate – Frequentemente a Câmara disponibiliza viaturas para apoio ao combate, tais como: Camião tanque, Cisterna, Retroescavadora, máquina de rasto, etc.

Rede Primária de FGC – No âmbito da Comissão Distrital de Defesa da Floresta do Porto e por insistência dos Concelhos de Valongo, Gondomar, Paredes e Penafiel, foi elaborada, submetida e aprovada, uma proposta de Rede Primária para a segunda maior mancha florestal do Distrito, que inclui estes 4 Concelhos.

Apoio técnico à Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) – Colaboração com as diversas entidades que integram a CMDF, realizando ações conjuntas no terreno, com Portucalea (Associação Florestal), Navigator Company, Corpos de Bombeiros, entre outras.

Plano de Fogo Controlado – Elaborado pelo técnico do Gabinete Florestal, credenciado em fogo controlado, submeteu-se à CMDF e foi aprovado em 2012 um plano que previa a execução de aproximadamente 80ha anuais durante 5 anos. Atendendo aos constrangimentos de tempo e meios procurou-se concentrar esforços em zonas historicamente mais críticas, com resultados positivos em muitos dos casos. “

Com os melhores cumprimentos,

Susana Gomes

Chefe de Gabinete da Presidência

Câmara Municipal de Valongo


Av. 5 de Outubro, 160 | 4440-503 Valongo

ext: 2005

www.cm-valongo.pt

facebook.com/municipio.valongo



 Por favor, tenha em consideração o ambiente antes de imprimir este e-mail

Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Valongo
Dr. José Manuel Ribeiro

Para os devidos efeitos encarrega-me o Exmo. Senhor Presidente, Dr. Abílio Vilas Boas, de enviar a V. Exa. um Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, na última Assembleia Municipal, relativamente à Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Com os melhores cumprimentos,

Isabel Pereira

DAJAC - Apoio aos Órgãos Autárquicos

Câmara Municipal de Valongo

Av. 5 de Outubro, 160 | 4440-503 Valongo


ext: 2012

telf: 224227900

www.cm-valongo.pt

facebook.com/municipio.valongo



 Por favor, tenha em consideração o ambiente antes de imprimir este e-mail